

A invisibilização dos povos indígenas em práticas de leitura em uma escola rural

Ana Laura de Miranda e Silva Chagas¹

Mestranda do PPG Letras - UFT

laura.miranda@mail.uft.edu.br

Luzirene Gonçalves dos Santos²

Mestranda do PPG Letras - UFT

luzirenesantos@uft.edu.br

Ramilson Pereira dos Santos

³Mestrando do PPG Letras - UFT

ramilsonpereira2020@gmail.com

Introdução

A presença dos povos indígenas no currículo escolar brasileiro ainda aparece, muitas vezes, ligada apenas ao passado, o que contribui para a construção de visões limitadas e estereotipadas.

¹ É licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional. Atualmente, está cursando mestrado no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLetras). Currículo lattes: <https://lattes.cnpq.br/1748558512156130>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2361-2232>. E-mail: laura.miranda@mail.uft.edu.br.

² É bacharela em Secretariado Executivo, pela Faculdade São Marcos (Fasamar) e licenciada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas, pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus de Porto Nacional. É mestranda no Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLetras), também na UFT. Como servidora pública federal desde 2015, atua no cargo de Técnico Administrativo, com lotação no Câmpus de Porto Nacional, na UFT. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8455963470795222>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3269-0283>. E-mail: luzirenesantos@uft.edu.br.

³ Possui graduação em: Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Boa Esperança (2018); Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade Federal do Tocantins (2014); e Pedagogia pelo Centro Universitário Cidade Verde (2023). É especialista em: Educação do Campo pela Faculdade Unina (2021); Gestão Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar pela Faculdade Unina (2021). Atualmente, é professor contratado do estado no Colégio Estadual João da Silva Guimarães atuando na disciplina de Língua Portuguesa na cidade de Silvanópolis -TO. É graduando em Geografia pela Faveni (2023) e está cursando mestrado na UFT/PPG-Letras. E-mail: ramilsonpereira2020@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6573212148973860>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3291-1853>.

Mesmo com a Lei nº 11.645/2008 e com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que tornam obrigatório o ensino da história e cultura indígena, esse tema nem sempre é trabalhado de forma crítica e contextualizada. A BNCC destaca a importância de reconhecer a diversidade cultural e respeitar as diferentes formas de organização social (Brasil, 2018).

Essa realidade evidencia a necessidade de ampliar as formas de compreensão sobre os povos indígenas, reconhecendo a importância de seus saberes e modos de vida, historicamente marginalizados. Como destaca Krenak (2019), é preciso repensar os conhecimentos valorizados na sociedade, abrindo espaço para outras formas de compreender o mundo.

Desse modo, o trabalho com práticas de leitura e interpretação de textos apresenta-se como uma possibilidade de problematizar essas representações, permitindo que os estudantes desenvolvam uma compreensão crítica sobre a temática indígena.

O problema que orienta este trabalho está relacionado à forma como o currículo escolar e os materiais didáticos contribuem para a invisibilização dos povos indígenas, ao limitarem sua presença a determinados períodos históricos e ao desconsiderar sua atuação na contemporaneidade. Essa situação pode ser compreendida a partir da noção de colonialidade do saber (Quijano, 2005).

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a invisibilização dos povos indígenas no currículo escolar a partir da aplicação de uma Sequência Didática(SD) em uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental (EF) em uma escola rural do estado do Tocantins. A proposta buscou relacionar passado e presente, favorecendo a análise da diversidade cultural e da presença indígena na atualidade.

A relevância deste estudo está em contribuir para práticas pedagógicas mais críticas, que reconheçam os povos indígenas como sujeitos históricos e ampliem a compreensão dos estudantes sobre a diversidade cultural.

2. Método de pesquisa

A sequência didática (SD) foi desenvolvida nas aulas de Língua Portuguesa por um dos integrantes deste trabalho, professor de uma escola pública do estado do Tocantins, com foco

em leitura, interpretação e produção textual. Trata-se de um relato de experiência de abordagem qualitativa, realizado com turmas do 6º ano do Ensino Fundamental em uma escola pública rural, no primeiro semestre de 2024, envolvendo estudantes com pouco contato prévio com a temática indígena. A proposta foi organizada em cinco aulas, contemplando problematização inicial, análise da diversidade cultural dos povos indígenas, discussão sobre resistência, reflexão sobre a contemporaneidade e produção textual, a partir da questão: “As contribuições dos povos indígenas se limitam ao passado?”.

Foram utilizados mapas da distribuição dos povos indígenas no território brasileiro, em períodos pré-colonial e atual, além da leitura do livro didático *A Conquista: Língua Portuguesa* – 6º ano (Beltrão; Gordilho, 2022), análise de fontes históricas e reportagens, articulando passado e presente. Identificou-se a temática indígena em um boxe complementar (“Para assistir”), com o filme *Tainá: uma aventura na Amazônia*, porém sem destaque para autores indígenas. Ao final, os estudantes produziram um texto argumentativo, seguido de debate; posteriormente, os textos foram corrigidos e retomados para reescrita, preservando-se o anonimato dos participantes conforme princípios éticos.

3. Análise dos Resultados

No início das atividades, foi possível identificar que muitos estudantes apresentavam uma visão limitada sobre os povos indígenas, associando-os exclusivamente ao passado. Em uma das discussões iniciais, um estudante afirmou que “os indígenas só existiam no passado”, evidenciando a presença de concepções estereotipadas no contexto escolar. Essas concepções podem ser relacionadas às formas como determinados textos e materiais didáticos apresentam a temática indígena, reforçando a importância de práticas de leitura crítica.

Assim, a permanência dessas visões pode ser compreendida a partir da colonialidade do saber, que institui hierarquias entre diferentes formas de conhecimento, privilegiando o saber

eurocêntrico e marginalizando outros saberes (Quijano, 2005). Nesse sentido, tais hierarquias estão associadas à produção de uma injustiça cognitiva global, conforme aponta Santos (2007). Ao longo da SD, observou-se uma mudança significativa na compreensão dos alunos. As atividades contribuíram para o reconhecimento da diversidade cultural dos povos indígenas e de sua presença na contemporaneidade, além de favorecerem o questionamento de representações estereotipadas e o desenvolvimento de uma leitura mais crítica. Esse avanço relaciona-se à valorização de diferentes saberes promovida pelas práticas desenvolvidas. Dessa forma, a proposta contribuiu para o letramento cultural dos estudantes, considerando que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1982, p. 9).

Percebeu-se também avanço na capacidade argumentativa dos estudantes, tanto nas falas quanto nas produções escritas. Nos textos finais, passaram a defender a presença indígena na sociedade brasileira e a reconhecer os desafios relacionados à garantia de seus direitos.

A utilização de estratégias participativas, como rodas de conversa, análise de mapas e leitura de textos, favoreceu o envolvimento dos alunos e a construção de uma visão mais crítica. Esse movimento evidencia a necessidade de valorizar diferentes formas de conhecimento, superando perspectivas que historicamente marginalizam saberes não hegemônicos (Santos e Meneses, 2010). Entretanto, foram identificadas limitações relacionadas ao material didático, que ainda tende a apresentar os povos indígenas de forma pouco aprofundada, reforçando processos de invisibilização. Isso evidencia a necessidade de uma atuação crítica do professor na mediação dos conteúdos.

4. Considerações Finais

A experiência realizada evidencia que a invisibilização dos povos indígenas ainda representa um desafio no contexto escolar, ao mesmo tempo em que demonstra o potencial de práticas pedagógicas críticas para a superação de visões estereotipadas.

Destaca-se o papel do professor como mediador do conhecimento, bem como a importância da articulação entre conteúdo curricular e prática pedagógica para tornar o ensino mais

significativo. A sequência didática mostrou-se uma estratégia eficaz na formação de uma consciência histórica crítica.

O trabalho reforça a necessidade de um ensino comprometido com a valorização da diversidade, colocando em prática o que Santos e Meneses (2010) denominam de “ecologia de saberes”, ao reconhecer conhecimentos historicamente marginalizados, contribuindo, assim, para a construção de uma educação mais inclusiva, crítica e socialmente referenciada.

Referências

Brasil. (2008). Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

Brasil. (2018). Base nacional comum curricular. Ministério da Educação. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1982.

KRENAK, A. (2019). **Ideias para adiar o fim do mundo.** Companhia das Letras.

QUIJANO, A. (2005). **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 107–130). CLACSO.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 79, p. 71–94, nov. 2007.